
Espaço e Arqueologia nas Missões Jesuíticas: o caso de São João Batista (Artur H. F. Barcelos). Porto Alegre: EDIPUCRS/Coleção Arqueologia n. 7, 2000, 408 p.).

A pesquisa do espaço urbano pela Arqueologia Histórica requer dois tipos de fontes que, obrigatoriamente, precisam ser constantemente cruzadas. O primeiro tipo é o próprio sítio e sua paisagem, considerando a materialidade, dimensões, inserção no relevo, topografia e as fontes de matéria-prima e de subsistência. O segundo reúne as fontes escritas de origem burocrática e pessoal, em documentos dos mais diversos, que possam servir para o conhecimento das etapas de urbanização e população, desde a sua origem. A abordagem do sítio e a análise das fontes escritas devem ser interdisciplinares, a partir de um olhar crítico sobre a construção e o uso dos espaços, sobre as relações sociais e políticas, sem descuidar da relação com a paisagem e demais assentamentos humanos em nível local, regional ou internacional.

Essas características aparecem na pesquisa de Artur Barcelos, analisadas sob o viés da Arqueologia Espacial e de algumas vertentes da Arqueologia Contextual, a respeito do espaço no sítio da missão de *San Juan Bautista*, fundada pelo jesuíta Antonio Sepp e por indígenas Guaraní em 1697, no atual Rio Grande do Sul, Região Sul do Brasil. Esse livro constitui o primeiro estudo completo e de síntese publicado sobre a área urbana e rural da missão São João Batista, como é conhecida no Brasil. É apresentada uma ordenada e organizada análise dos diferentes espaços da missão, com a compilação das informações mais relevantes sobre a constituição, forma e características arquitetônicas das edificações, arruamentos e espaços vazios do núcleo urbano e dos diversos pontos de ocupação da área rural. Sempre que possível o texto mostra os usos sociais, religiosos, políticos e de trabalho desses espaços, evidenciando facetas das relações entre os habitantes da missão.

Outro aspecto importante do livro é a tentativa de caracterizar as mudanças ocorridas durante a existência de São João enquanto missão religiosa, entre 1697 e 1770; como comunidade sob a jurisdição civil espanhola (1770-1801), portuguesa (1801-1822) e brasileira (até o presente). Em relação ao espaço e às edificações, Barcelos procura esgotar os dados conhecidos nas fontes escritas publicadas, assim como utilizou documentos inéditos e fez intensa análise das iconografias disponíveis, com o objetivo de descrever como era a igreja, o cemitério, o claustro, o pátio dos artífices, as casas do núcleo urbano, o Cotiguaçu (casa das viúvas e órfãos) e os variados tipos de adornos que decoravam a missão. Do mesmo modo, procurou descrever as benfeitorias da zona rural, como as fontes e moinhos d'água, os currais, os fornos e as olarias, pedreiras, hospedarias, armazéns, caminhos, pontes, portos, habitações rurais, capelas, áreas de extrativismo, áreas de produção agrícola e pecuária, remontando um cenário amplo, usualmente esquecido pelos pesquisadores das missões do Paraguai. Buscando compreender o processo histórico dessas edificações, o autor também enfatiza com propriedade as modificações (reformas e deterioração), como resultado das flutuações demográficas causadas pelo afastamento da maioria dos homens para trabalhar nas estâncias mais distantes, assim como para prestar serviço militar nas fronteiras e nas guerras. Também dá destaque para as baixas causadas pelas epidemias e pelas fomes decorrentes da falta de mão-de-obra e das mudanças climáticas. Apesar de ser um estudo sobre o espaço, nota-se um esforço constante para evidenciar a sociedade, cujas mudanças contribuíram para avanços e retrocessos no plano urbanístico e na conservação predial ao longo de quase 120 anos. É mostrado o gradativo processo de abandono da missão após a saída dos jesuítas, bem como aspectos das administrações civis e das conjunturas políticas que levaram São João à ruína arquitetônica, tanto pela degradação, como pelo reaproveitamento de materiais construtivos, sobretudo pedras, telhas e madeiras.

A descrição da história das pesquisas, tal como aparece no início do livro, é de suma importância e contém lições importantes a serem adotadas em sítios arqueológicos históricos semelhantes no Brasil. De um lado, está a seqüência das pesquisas e do que foi feito ou pensado, desde uma abordagem tipicamente colecionista, relacionada com a caça predatória de tesouros dos jesuítas, até um plano de proteção, consolidação arquitetônica e

estudos arqueológicos sob a anuência do IPHAN, em associação com pesquisadores de universidades públicas e particulares. De outro está o esforço em transformar São João e as outras seis missões que integram os conhecidos "Sete Povos Missioneiros" do Rio Grande do Sul, em áreas de visitação permanente, atualmente um grande atrativo para o turismo cultural de milhares de pessoas. Esse esforço elevou a missão de San Miguel a Patrimônio Histórico da Humanidade por resolução da UNESCO.

Sendo um trabalho realmente importante e estimulante para os pesquisadores dos núcleos urbanos coloniais, serve muito como ponto de partida, pelas inúmeras reflexões que instiga. Também abre perspectivas para pensar problemas para estabelecer a seqüência de etapas de pesquisa em sítios arqueológicos semelhantes. Um dos pontos a serem pensados e analisados criticamente, envolve o equilíbrio/desequilíbrio da relação entre dados arqueológicos e informações históricas documentadas nas fontes escritas. Qual a importância dessa relação?

O conteúdo do livro mostra que ainda não existe um equilíbrio, com o predomínio das informações escritas em relação às arqueológicas, que ainda estão sendo levantadas. Falta um conjunto específico de cartas topográficas detalhadas do núcleo urbano e das áreas rurais de São João, que indiquem com precisão a distribuição espacial e o tamanho em escala real o perímetro das edificações, benfeitorias e arruamento. Também não há uma carta plani-altimétrica da área onde a missão foi instalada. Certamente, essas lacunas em relação aos registros arqueológicos sobre/sob a superfície da área de São João levaram o autor ao aproveitamento detalhado das fontes escritas, apresentando descrições muito completas e bem feitas sobre o conjunto arquitetônico.

Claro está que não se quer desconsiderar os testemunhos e registros dos não-arqueólogos, tampouco desvalorizar pesquisas sobre espaços urbanos baseadas apenas em fontes escritas. Ao contrário, parte-se do princípio de que esse tipo de fonte constitui o ponto de referência fundamental para iniciar o reconhecimento e a mensuração do sítio arqueológico, pois apresenta detalhes importantes para criar estratégias de abordagem e para conduzir o trabalho de campo. Contudo, em diversos aspectos, o arqueólogo precisa considerar a fonte escrita como hipótese a ser testada e o resultado da pesquisa arqueológica como uma lente para corrigir eventuais distorções, lacunas e erros dos testemunhos descritos pelos cronistas, como nos mostra algumas vezes Artur Barcelos.

Portanto, para se chegar a uma pesquisa completa, é necessário um considerável nível de conhecimentos sobre as fontes escritas antes de iniciar a pesquisa em um sítio arqueológico histórico. Do mesmo modo, deve-se ressaltar que, em termos metodológicos, antes de iniciar a pesquisa arqueológica, é de fundamental importância fazer a carta topográfica de todo o núcleo urbano e do seu entorno rural para tomar decisões sobre onde e como escavar e coletar informações. Isto é, em termos ideais, que um projeto dessa natureza deve começar pelo equilíbrio entre a pesquisa sobre as fontes escritas e a investigação de campo, visando a complementação contínua do conjunto de informações que orientem com precisão os pesquisadores e que diminuam os riscos de cometer muitos erros, de perder tempo e de destruir ou perder dados precisos.

Mais do que nunca, nesses tempos em que se percebeu a importância da preservação do patrimônio arqueológico e da necessidade da participação dos cidadãos na efetivação de uma arqueologia pública, o livro de Artur Barcelos é um bom exemplo a ser seguido em relação ao domínio completo e correto das fontes escritas. O reconhecimento dos eventos e processos históricos é um dos pilares da pesquisa da Arqueologia Histórica e meio fundamental para se alcançar a preservação e o conhecimento a respeito dos sítios arqueológicos.

Francisco Silva Noelli*

* Universidade Estadual de Maringá, Paraná.